

Ministério da
Fazenda

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Exposições Financeiras		Junho/2012 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	-	27.950	54.195
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	3.427	16.372	31.777
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	58	(1.777)	(3.500)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(5))	-	-
Total		3.480	42.545	82.472

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário 1: Consiste no cenário provável para os fatores de risco e tem como base as informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc), tais como a curva de taxa de juros futuros. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,02 e a taxa de juros de 1 ano foi de 8,50%a.a.

Cenário 2: Foram realizados choques paralelos de 25% com base no mercado de 29 de junho de 2012 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,53, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 10,63%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram realizados choques paralelos de 50% com base no mercado de 29 de junho de 2012 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$3,03, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 12,75%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 29 de junho de 2012. Os resultados apresentados nos cenários de stress (Cenários 2 e 3) ratificam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que registra baixa variação no valor a mercado das posições detidas pela instituição.

28. Informações complementares

a) Avals e fianças prestados

Os avals e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição

	2012	2011
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	5.007.889	4.565.689
Cobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	90.022	82.597
TOTAL	5.097.911	4.648.286

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$142.681 (R\$135.492 em 2011), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

c.1) Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos e em atendimento ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa. As situações mais relevantes das quais o Banco é parte de acordo com a natureza jurídica são:

- Ações trabalhistas** – As ações trabalhistas são agrupadas em função do tipo e objeto, às quais são atribuídas perdas médias esperadas e fatores de ponderação de perdas, apuradas em estudo estatístico e baseado nas ações encerradas nos últimos 5 anos.
- Ações de natureza cível** – Em sua maioria representam ações relacionadas à reparação de danos morais e patrimoniais, em função de inscrição em órgãos restritivos, pagamento de cheques falsificados e contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos. As ações foram agrupadas por objeto às quais são atribuídas “perdas médias esperadas” apuradas em estudo estatístico, considerando as ações encerradas nos últimos 5 anos. Para todas as ações cíveis ativas sem condenação ou com decisão favorável a provisão é calculada com base nas perdas médias esperadas. Nas ações com decisão desfavorável a provisão é de 100% do valor da condenação. Provisionam-se, ainda, as condenações do Banco em honorário de sucumbência.
- Ações de natureza fiscal** – São ações decorrentes de autuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados;

d. **Outros** – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 30 de junho de 2012, foram interpostas contra o Banco 858 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$15.887 (R\$18.273 em 2011). No semestre, foram cumpridas 32 ações no valor de R\$3.080 (R\$2.913 em 2011).

A movimentação da provisão no semestre está abaixo especificada (nota nº 13.b):

Descrição	Saldo em 31.12.2011	Adição	Utilização	Saldo em 30.06.2012
Trabalhista	28.534	8.208	(9.694)	27.048
Cível/Fiscal	25.777	6.777	(2.907)	29.647
Fdos Invest.	18.173	829	(3.115)	15.887

c.2) FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos iniciais indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$20.727, com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2012 (R\$18.028 em 2011). No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

29. Outras Informações

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existiam contratos de derivativos em aberto.

CONSELHO FISCAL PARECER CF Nº 2012/003

Ref. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 1º SEMESTRE DE 2012.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao primeiro semestre de 2012.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do semestre, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Depois de analisar o Parecer da auditoria Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 31 de julho de 2012, e após os exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 30 de junho de 2012, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, sobre a CAPAF.

Brasília (DF), 31 de julho de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARECER CA Nº 2012/004

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião extraordinária realizada nesta data, após analisar o Parecer dos Auditores Independentes, de 31.07.2012, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30.06.2012, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, aprovou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Banco e do FNO referentes ao primeiro semestre de 2012.

Belém (PA), 31 de julho de 2012

COMITÊ DE AUDITORIA Resumo do Relatório Semestral 1.º semestre de 2012

De acordo com o disposto no inciso XIII do artigo 9.º de seu Regimento Interno, este Comitê de Auditoria apresenta o relatório-resumo referente ao período de 1.º/01/2012 a 30/06/2012.

O documento sintetiza o relatório analítico, avaliando as atividades desenvolvidas; a efetividade do sistema de controles internos; a efetividade da auditoria independente; a efetividade da auditoria interna; o atendimento às demandas de órgãos externos; e outros temas (Caixa de Previdência dos Funcionários, Projeto de Excelência Tecnológica, Fundo de Investimentos da Amazônia, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e Ouedorá); e a qualidade das demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria do Banco da Amazônia desempenhou suas funções regulamentares e institucionais. Realizou reuniões com os gestores das unidades corporativas e emitiu avaliações periódicas. Relatou ao Conselho de Administração as matérias resultantes de sua supervisão, monitoramento, análise e avaliação das políticas, práticas e procedimentos de gestão.

Na avaliação da efetividade do sistema de controles internos, analisou o ambiente de controle, a avaliação e o gerenciamento de riscos, as atividades de controle, a informação e a comunicação, bem como o monitoramento. A implantação de projetos e a implementação de planos de ação em andamento, sobretudo na área de TI, mitigarão riscos e aprimorarão ainda mais o sistema, reduzindo em especial a intervenção manual nos processos.

Constatou que os trabalhos da Auditoria Externa foram conduzidos com independência e de acordo com as normas técnicas aplicáveis, estando documentados através de plano de auditoria, relatórios e pareceres, que refletem a situação atual do Banco da Amazônia. Verificou também que a Auditoria Interna também atuou com igual independência e efetividade. Providências em andamento, relacionadas ao desenvolvimento de processos e implantação de sistemas, permitirão que atue com maior intensidade na avaliação dos riscos de processos de abrangência corporativa.

O Banco vem atendendo às demandas dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Entre os demais temas acompanhados pelo Comitê de Auditoria no período, destacam-se o Projeto de Excelência Tecnológica (PET) e o processo de equacionamento da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF).

As demonstrações financeiras com data-base 30/06/2012, as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer do Auditor Independente estão de acordo com os normativos que regulam a atividade bancária e com as práticas contábeis vigentes no País. Assim, por refletirem a situação financeira e patrimonial da Empresa, ressalvado o possível impacto das responsabilidades financeiras e atuariais com a CAPAF (notas explicativas 6 e 24), cujo montante ainda não está definido com exatidão, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Belém (PA), 31 de julho de 2012.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.

Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria